

L       E       I       nº 3.192/2012

Data : 22 de março de 2012.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a outorgar à Igreja Evangélica Avivamento Bíblico, desta cidade, Concessão de Direito de Uso de Imóvel e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L       E       I

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a outorgar à **IGREJA EVANGÉLICA AVIVAMENTO BÍBLICO**, desta cidade, entidade religiosa, inscrita no CNPJ sob nº 04.685.108/0001-16, com sede na Rua Frei Rafael Proner nº 998, nesta cidade, associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 07.342.745/0001-88, concessão de direito de uso do imóvel, com a área de 2.420,42 m² (dois mil, quatrocentos e vinte metros e quarenta e dois centímetros quadrados), com a seguinte descrição: "um terreno partindo do ponto 01, medindo 20,16 m (vinte metros e dezesseis centímetros), confrontando-se com a Rua José Giovanetti, até o ponto 02, onde deflete a direita e segue distância de 79,53 m (setenta e nove metros e cinquenta e três centímetros), confrontando com os Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08, até o ponto 03, onde deflete a direita e segue distância de 40,37 m (quarenta metros e trinta e sete centímetros) confrontando com Terras da Fazenda Reunidas, até o ponto 04, onde deflete a direita e segue distância de 82,91m (oitenta e dois metros e noventa e um centímetros), confrontando-se com os Lotes 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 da mesma quadra até o ponto 01, onde iniciou essa medição totalizando uma área de 2.420,42 m² (dois mil, quatrocentos e vinte metros e quarenta e dois centímetros quadrados), havido pelo R-01/02/03 da Matrícula nº 4.858 do Cartório do Registro de Imóveis desta Comarca de Bandeirantes(PR).

Art. 2º - A concessionária se obriga a construir no imóvel a sua sede social e ali desenvolver atividades religiosas, educacional, cultural, espiritual, assistencial e de prestação de serviços sociais e comunitários.

Art. 3º - A concessionária deverá iniciar a construção no prazo de 06 (seis) meses, a contar da data da vigência da presente lei, e concluí-la no prazo de 12 (doze) meses, sob pena de considerar-se rescindida de pleno direito esta concessão de direito de uso e reverter o imóvel ao Município, com as edificações eventualmente acrescidas, sem que nenhum direito haja para a concessionária a título de retenção por benfeitorias, indenização ou qualquer outro.

§ 1º - A concessão contida no “caput” deste artigo será pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar da data de vigência desta Lei.

§ 2º - Expirado o prazo estabelecido no parágrafo anterior, ensejará a formalização da escritura pública definitiva de doação à concessionária, que será outorgada pelo Município.

§ 3º - A presente concessão de direito de uso do imóvel, descrito no art. 1º desta Lei, é em caráter temporária, pessoal e intransferível, salvo com expressa anuência do Município.

Art. 4º - A presente concessão de direito de uso será considerada rescindida de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial, nos termos do art. 127 e 128 c/c o art. 390 do Código Civil, revertendo a posse do imóvel ao município, acrescida de suas benfeitorias, caso a concessionária ceder no todo ou parcialmente, o imóvel, objeto desta Lei, a qualquer título, ou der destinação diversa da constante no art. 2º desta Lei, sem expresso consentimento do Município.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 22 de março de 2012.

*Celso Benedito da Silva*  
Prefeito Municipal